



Câmara Municipal de
São Francisco de Assis
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO

Certifico, em razão do meu cargo, que o presente documento esteve afixado no mural da Câmara Municipal no período de:

05 / 09 / 2023
a
São Fco. Assis 05 / 09 / 2023
Francieli Salazar
Servidor Responsável

CARTA CONVITE Nº 04/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1250/2023

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS**, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede neste Município, na Rua Ipiranga, nº 80, CNPJ nº. 91.262.154/0001-07, neste processo, **representada por seu Presidente, Vereador VASCO HENRIQUE ASAMBUJA DE CARVALHO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação, na modalidade de **CARTA CONVITE nº 04/2023**, e, que, **às 9h, do dia 15 de setembro de 2023, tendo por local a Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores**, reunir-se-á a Comissão de Licitações da referida Casa Legislativa instituída pela Portaria Legislativa nº 07/2023, com a finalidade de receber, examinar e julgar a documentação e as propostas, legalmente recebidas, com o critério do tipo **"Menor Preço Global"**.

A presente licitação, objetiva a contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de cadeiras do plenário da Câmara de Vereadores de São Francisco de Assis.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Aquisição de cadeiras presidente giratória linha estofada alta. Estrutura cromada, revestida em corino. Sistema relax e braço fixo, deverá ser gravado no encosto o logo da Câmara (Bordado) na cor: Marrom Escuro	11		
2	Aquisição de Longarinas modelo diretorzinho com 5 lugares sem braço, deverá ser gravado no encosto o logo da Câmara (Bordado), na cor: Marrom Escuro	4		
3	Serviço de substituição do sistema de assento e encosto de 18 (dezoito) longarinas com 4 (quatro) lugares e 1(uma) longarina de 3 lugares por sistema novos, modelo diretorzinho, ligado por aço mola, sendo necessário fazer a pintura das estruturas antigas e no encosto deverá ser gravado o logo da Câmara (Bordado), na cor: Marrom Escuro	19		
4	Serviço de Troca de revestimento de cadeiras diretor e no encosto novo deverá ser bordado o logo da câmara, na cor: Marrom Escuro	36		

Prazo de Fornecimento: O fornecimento e manutenção das cadeiras do plenário da Câmara de Vereadores deverá ocorrer no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da assinatura do contrato.



Câmara Municipal de São Francisco de Assis

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Retirada/Entrega: As cadeiras deverão ser retiradas no endereço onde a Câmara encontra-se instalada atualmente, na Rua Ipiranga nº 80, Centro, e entregues pela empresa Contratada, no endereço: Rua Treze de Janeiro nº 535, Centro, São Francisco de Assis/RS, com a apresentação da correspondente nota fiscal, no prazo estipulado e nas quantidades indicadas neste instrumento.

A realização do serviço deverá ocorrer em oficina própria da contratada em local apropriado, que não ofereça risco à guarda dos bens.

Garantia: deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, prevalecendo, se for o caso, o prazo maior oferecido pelo fabricante.

1. DA REUNIÃO DE ABERTURA E DA RETIRADA DO EDITAL

1.1 A licitação será processada e julgada em sessão pública, pela Comissão Permanente de Licitação. A Sessão de Recepção dos envelopes ocorrerá até às 09h do dia 15 de setembro de 2023 e a Sessão de Abertura dos envelopes será às 09h01min. da referida data.

Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis, Rua Ipiranga, n. 80, Centro.

1.2 Quaisquer esclarecimentos relativos a esta licitação, somente serão prestadas pela Comissão Permanente de Licitação desta Câmara, no horário de expediente: segunda-feira: 08h às 12h e 13h30min às 16h30min; terça à sexta-feira: 08h às 14h, pelo telefone (55) 3252.1288/1125 (55) 99665-4046/ (55)99935-3754 ou pelo email: licitacoessfa@hotmail.com site: <https://www.saofranciscodeassis.rs.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/editais-de-licitacao>.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de cadeiras do plenário da Câmara de Vereadores de São Francisco de Assis.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Aquisição de cadeiras presidente giratória linha estofada alta. Estrutura cromada, revestida em corino. Sistema relax e braço fixo, deverá ser gravado no encosto o logo da Câmara (Bordado) na cor: Marrom Escuro	11		
2	Aquisição de Longarinas modelo diretorzinho com 5 lugares sem braço, deverá ser gravado no encosto o logo da Câmara (Bordado), na cor: Marrom Escuro	4		
3	Serviço de substituição do sistema de assento e encosto de 18 (dezoito) longarinas com 4 (quatro) lugares e 1(uma) longarina de 3 lugares por sistema novos, modelo diretorzinho, ligado por aço mola, sendo necessário fazer a pintura das estruturas antigas e no encosto deverá ser	19		



	gravado o logo da Câmara (Bordado), na cor: Marrom Escuro			
4	Serviço de Troca de revestimento de cadeiras diretor e no encosto novo deverá ser bordado o logo da câmara, na cor: Marrom Escuro	36		

Prazo de Fornecimento: O fornecimento e manutenção das cadeiras do plenário da Câmara de Vereadores deverá ocorrer no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da assinatura do contrato.

Retirada/Entrega: As cadeiras deverão ser retiradas e entregues pela empresa Contratada, no endereço acima mencionado, com a apresentação da correspondente nota fiscal, no prazo estipulado e nas quantidades indicadas neste instrumento.

A realização do serviço deverá ocorrer em oficina própria da contratada em local apropriado, que não ofereça risco à guarda dos bens.

Garantia: deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, prevalecendo, se for o caso, o prazo maior oferecido pelo fabricante.

2.2 É de responsabilidade da fornecedora a entrega das cadeiras com a qualidade definida pela Câmara Municipal de Vereadores, sob pena de devolução das mesmas e multa.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas deste contrato correrão por conta desta Dotação Orçamentária:

1- Para aquisição de cadeiras:
010310001.1.001000 Aquisição e Manutenção de Veículos e Móveis para CMV
Equipamentos e Material Permanente
4.4.90.52.42.00.0 – Mobiliário em Geral

2- Para o serviço de reparo:
010310001.2.001000 Custeio Operacional da CMV
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
3.3.90.39.20.00.00 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação observada à necessária qualificação, desde que, as empresas estejam devidamente convidadas, inscritas, ou não na seção de cadastro de fornecedores da Câmara, bem como, aquelas que preencherem os requisitos e manifestarem interesse em participar do certame, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para a entrega dos envelopes, (Lei nº 8.666/93 art. 22 § 3º). Para o cadastramento das empresas não inscritas, os interessados deverão apresentar, em original ou mediante cópia reprográfica autenticada em cartório ou por servidor da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis/RS, ou poderá ser enviado por e-mail, a documentação conforme o item 8. deste Edital.

4.2 Das restrições à participação:

4.2.1 É vedada a participação de empresas direta ou indireta na Licitação: de empresas que tenham em seu quadro, funcionário e/ou Vereador com assento nesta Casa Legislativa; de empresas



Câmara Municipal de São Francisco de Assis

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

que, a qualquer tempo, possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade jurídica, idoneidade e regularidade fiscal.

5. DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE

5.1 Para se manifestar nas fases do procedimento licitatório, os participantes poderão credenciar um representante, se assim desejar, habilitados por INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO ou por PROCURAÇÃO PARTICULAR, para fins de representação nesta licitação, com reconhecimento de firma, apresentado dentro do envelope n. 01 – DOCUMENTAÇÃO, acompanhado de cópia do Contrato Social e/ou alterações que evidenciem o poder de outorga da procuração.

5.2 O representante da licitante deverá identificar-se com a apresentação de carteira de identidade.

5.3 Ninguém poderá participar da licitação representando mais de uma licitante e nem será admitido mais de um representante para cada uma delas.

5.4 O não credenciamento do representante impedirá qualquer pessoa presente de se manifestar e responder pela licitante, sem prejuízo do direito de oferecimento dos documentos de habilitação e proposta, respeitado o disposto no item 6.1 subsequente.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 No local, dia e hora designados no preâmbulo deste edital, as propostas e demais documentos deverão ser entregues em 02 (dois) envelopes lacrados, contendo as seguintes especificações:

Carta Convite nº. 04/2023

Licitador: Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis/RS.

Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de cadeiras do plenário da Câmara de Vereadores de São Francisco de Assis.

Envelope nº 1 – (documentos)

Carta Convite nº. 04/2023

Licitador: Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis/RS.

Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de cadeiras do plenário da Câmara de Vereadores de São Francisco de Assis.

Envelope nº 2 – (proposta)

6.2 A proposta detalhe – Anexo I deverá ser apresentada considerando o valor da inclusão de todos os tributos incidentes, bem como, todos os custos operacionais, para a execução dos serviços.

7. DAS PROPOSTAS

7.1 A Proposta deverá ser apresentada no Envelope n.02 – Proposta, na forma prevista no item 6 do Edital, atendendo os seguintes requisitos:



Câmara Municipal de São Francisco de Assis

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

7.1.1 Ser digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em original, devidamente assinada, atendendo os seguintes requisitos e condições:

- a) Carimbo do CNPJ/MF, em todas as vias no campo próprio;
- b) Proposta em reais indicando o preço total (conforme Anexo I);
- c) Validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- d) Assinatura do representante legal da empresa.
- e) O prazo da entrega das cadeiras, será de até 40 (quarenta) dias.

8. DA DOCUMENTAÇÃO

Para participar da presente licitação, os interessados deverão apresentar, em original ou mediante cópia reprográfica autenticada em cartório ou por servidor da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis/RS, a seguinte documentação:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados; em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores ou contrato social consolidado.

b) Declaração de Inexistência de fato impeditivo da habilitação, nos termos do modelo constante do ANEXO II deste edital;

c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, e acordo com o Decreto nº. 4.358/2002, de 05.09.2002, conforme ANEXO III.

d) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica ou de execução patrimonial.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei. A prova de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser atendida pela apresentação dos seguintes documentos: 1. Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou documento equivalente que comprove a regularidade;

f) Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando a inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, ou documento equivalente que comprove a regularidade.

g) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, ou documento equivalente que comprove a regularidade.

8.1 A empresa que pretender utilizar dos benefícios no art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no envelope de documentação, declarada firmada pelo contador de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, observando que este Edital reger-se-á pela Lei de Licitações nº 8.666/93, ao que se refere às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

9. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia desde que conferidos por membro da Comissão Licitatória.

9.2 Os documentos deverão estar dentro do prazo de validade, quando for o caso. Os documentos para os quais o prazo de validade não estiver mencionado explicitamente, somente serão aceitos quando emitidos até 90 (noventa) dias antes da apresentação dos documentos de habilitação e propostas.

9.3 A não apresentação de qualquer documento solicitado ou a apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas por este Edital, implicará na automática inabilitação do licitante.

9.4 Não será permitida a participação de empresas consorciadas, devendo toda a documentação apresentada pertencer a um único CNPJ.

9.5 Em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos para habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria.



9.6 Os documentos apresentados para habilitação, ficarão anexados ao processo, sendo vedada a possibilidade posterior de retirada ou substituição.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1 Caberá impugnação, até 2 (dois) dias úteis, antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, aos termos desta Carta - Convite, podendo o licitante, comprovadamente interessado em participar do certame, sob pena de enquadramento no mesmo diploma legal, apresentar impugnação conforme descrito acima.

11. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1 A Comissão Permanente de Licitação, após verificar se as propostas atendem às exigências estabelecidas neste certame excluirá as que divergem e passará ao julgamento e classificação das aprovadas, obedecendo ao critério do tipo "**Menor Preço Global**". O julgamento das propostas visará exclusivamente os interesses da Câmara Municipal de São Francisco de Assis, consoante dispositivos legais aplicáveis.

11.2 As empresas participantes da licitação deverão apresentar propostas do fornecimento e manutenção das cadeiras, com a retirada e entrega nos locais determinados pela Comissão de Licitações.

11.3 A Licitante vencedora obriga-se a fornecer as cadeiras com a retirada e a entrega inclusa a que se refere este Convite, em conformidade com as especificações descritas na Proposta Detalhe, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição das cadeiras quando constatado não estarem em conformidade com as referidas especificações, salvo se alguma mudança for previamente acordada com a equipe da Câmara Municipal.

11.4 Os preços cotados serão fixos, sem reajustamento, e deverão ser computados, pelos licitantes, todos os tributos incidentes sobre a entrega das cadeiras a serem fornecidas.

11.5 A proposta será julgada com base no **menor preço global**, na data, hora e local indicados no item 1 ou em outra data previamente comunicada aos licitantes concorrentes, e considerados, ainda, os seguintes critérios:

a) Em caso de absoluta igualdade entre os licitantes, em todas as situações, será procedido sorteio entre as propostas idênticas, a ser realizado pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores, na presença dos licitantes;

b) A Comissão Permanente de Licitação, a seu exclusivo juízo, poderá suspender a sessão para melhor exame e avaliação das propostas apresentadas, designando, desde logo, nova data para prosseguimento dos trabalhos, independentemente de qualquer outra intimação.

b.1. A designação de nova data deverá figurar na ata, que será obrigatoriamente, assinada por todos os representantes.

b.2. A ausência de qualquer licitante ao prosseguimento da sessão de julgamento não impedirá que a mesma se realize, não cabendo, nessa hipótese, qualquer protesto ou reclamação.

11.7 Não serão aceitas ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas para o fornecimento objeto desta licitação ou vantagem baseada em ofertas dos outros licitantes.

11.8 Os esclarecimentos à Comissão Permanente de Licitação da Câmara, deverão ser solicitados através do email: licitacoessfa@hotmail.com.



11.9 A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal poderá classificar propostas que contenham omissões ou irregularidades formais, desde que tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes.

11.10 Serão desclassificadas, de acordo com a legislação pertinente, as propostas que não atenderem às exigências legais, regulamentares ou as constantes deste CONVITE e/ou se mostrarem, manifestamente, inexequíveis ou com preços excessivos em relação aos valores de mercado.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Após a divulgação do julgamento, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores, submeterá o processo à autoridade superior, para fins de homologação e adjudicação, e caso se justifiquem, com a proposição para revogação ou anulação, ficando esclarecido que:

- a) A presente licitação poderá ser revogada por interesse da Administração devidamente justificado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.
- b) Em caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado ao licitante o contraditório e ampla defesa.

12.2 A empresa vencedora será notificada para assinatura do contrato, após adjudicação e homologação pela autoridade superior.

12.3 Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

13. DOS RECURSOS

13.1 Caberá recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da ciência ou impugnação do ato da lavratura da ata, nos casos de habilitação de licitante; discordância com o julgamento das propostas; e contra a anulação ou revogação da licitação, de acordo com as seguintes condições:

- a) Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis, através da Comissão Permanente de Licitação, digitados, devidamente fundamentados e assinados pelo representante legal do licitante, através do email: licitacoessfa@hotmail.com, desde que confirmado o recebimento do referido.

13.2 O prazo para recurso correrá a partir da data designada para a divulgação do julgamento das propostas, através de comunicação aos licitantes, ou, pela presença de todos os licitantes na reunião que pronunciou a classificação final.

13.3 Os recursos serão julgados pela autoridade competente ou por quem está delegar competência no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para sua interposição ou, quando for o caso, daquela prevista para a manifestação do § 3º do art. 22. O provimento de recursos pela autoridade competente somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DO CONTRATO, DA ASSINATURA E DO PAGAMENTO

14.1 A licitante vencedora que for convocada para assinatura do instrumento contratual e não o fizer dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias perderá o direito à contratação, bem como, poderá sofrer a aplicação de multa correspondente a 10% do valor total da contratação e ficar temporariamente suspensa de participar e impedida de contratar com o Poder Legislativo Assisense pelo período de 6 meses a 2 anos.

14.2 Cabe esclarecer que, na ocorrência de recusa do licitante vencedor retirar o pedido de empenho até 48 (quarenta e oito) horas da convocação, será chamado o segundo classificado para



fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços oferecidos, porém sem cominação de qualquer penalidade pela eventual recusa.

14.3 O contrato vigorará até a entrega total das cadeiras descritos no objeto do presente certame pela contratada.

14.4 A Presidência da Câmara de Vereadores de São Francisco de Assis se reserva o direito de utilizar a totalidade ou não da verba prevista, bem como o acréscimo até 25% (vinte e cinco por cento).

14.5 O pagamento, decorrente desta licitação, será efetuado por meio de crédito em conta bancária, mediante apresentação da fatura/nota fiscal, quando da entrega total das cadeiras pela contratada, devidamente atestada.

14.6 Em hipótese alguma será concedido o reajustamento dos preços propostos e o valor constante da nota fiscal/fatura discriminativa, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1 A recusa injustificada do licitante vencedor de retirar o pedido de empenho, ou proceder ao fornecimento dos equipamentos decorrente desta licitação, caracterizará o descumprimento das obrigações contidas neste **CONVITE**, sujeitando o concorrente às sanções seguintes:

a) multa administrativa por dia de atraso, a razão de 0,5% (zero ponto cinco por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor do CONTRATO, até a data da entrega total das cadeiras ou a recusa formal da assinatura do contrato;

b) suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a administração, a partir do vencimento do prazo no item 14.5 e até o recolhimento da multa referida na alínea "a" deste item;

15.2 Por infração de qualquer outra cláusula contratual não previstas nas alíneas anteriores será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total das cadeiras, corrigido e atualizado, cumulável com as demais sanções.

15.3 Pela recusa do adjudicatário em retirar o instrumento formalizador da avença, este ficará sujeito ao pagamento de 10% do valor total contratado a título de indenização, com exceção de ocorrência de caso fortuito e/ou de força maior.

15.4 As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão as licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

15.5 Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas na Tesouraria da Fazenda Municipal, até 05 (cinco) dias úteis contados da ciência, pela empresa contratada, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da Contratante.

15.6 Para aplicação das sanções previstas neste parágrafo será dado ao licitante, mediante processo em separado, o direito de ampla defesa, quando deverá explicitar as razões de força maior, se ocorrerem, que o impediram de assumir as obrigações assumidas ao participar da licitação.

15.7 Para efeito de aplicação da multa prevista neste parágrafo, decorrentes de inexecução das condições pactuadas, o valor que lhe servir de base será atualizado pela SELIC mensal, a contar da data de verificação da ocorrência.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá rever omissões puramente formais, desde que não implique em infringência das condições estabelecidas nesta Carta - Convite.



Câmara Municipal de
São Francisco de Assis
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

16.1 Findo o processo licitatório, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para retirar o pedido de empenho, devendo, para tanto, comparecer na Câmara Municipal de Vereadores, **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da convocação.**

16.2 Quaisquer dúvidas sobre a presente Carta - Convite será objeto de consulta dirigida à Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis, Rua Ipiranga, 80, Bairro Centro.

16.3 Fica eleito o foro da Comarca de São Francisco de Assis-RS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital.

Constituem parte integrante deste Edital:

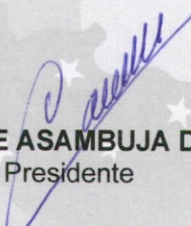
Anexo I – Proposta Detalhe;

Anexo II – Declaração de inexistência de fatos impeditivos;

Anexo III – Declaração que não emprega menor de 18 anos, conforme art. 7º CF;

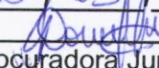
Anexo IV – Minuta do Contrato.

Câmara Municipal de Vereadores, São Francisco de Assis/RS, 05 de setembro de 2023.


VASCO HENRIQUE ASAMBUJA DE CARVALHO
Presidente

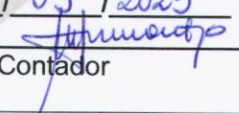
Este Edital foi devidamente
examinado e aprovado pela
Procuradoria Jurídica.

Em 05 / 09 / 23


Procuradora Jurídica

Este Edital foi devidamente
examinado e aprovado pela
Contadoria.

Em 05 / 09 / 2023


Contador



ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

Proponente:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Aquisição de cadeiras presidente giratória linha estofada alta. Estrutura cromada, revestida em corino. Sistema relax e braço fixo, deverá ser gravado no encosto o logo da Câmara (Bordado) na cor: Marrom Escuro	11		
2	Aquisição de Longarinas modelo diretorzinho com 5 lugares sem braço, deverá ser gravado no encosto o logo da Câmara (Bordado), na cor: Marrom Escuro	4		
3	Serviço de substituição do sistema de assento e encosto de 18 (dezoito) longarinas com 4 (quatro) lugares e 1(uma) longarina de 3 lugares por sistema novos, modelo diretorzinho, ligado por aço mola, sendo necessário fazer a pintura das estruturas antigas e no encosto deverá ser gravado o logo da Câmara (Bordado), na cor: Marrom Escuro	19		
4	Serviço de Troca de revestimento de cadeiras diretor e no encosto novo deverá ser bordado o logo da câmara, na cor: Marrom Escuro	36		

Validade mínima da proposta: 60 DIAS.

Assinatura e Carimbo da Empresa



ANEXO II

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº.

_____, sediada _____ declara,
sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente
processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

São Francisco de Assis, RS, _____ de _____ de 2023.

EMPRESA:

Assinatura do Representante Legal

O PODER UNIDO É MAIS FORTE



ANEXO III
DECLARAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ nº. _____,
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF
nº. _____ **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei
nº 8.666, de 21 de Março de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()*.

*** em caso afirmativo, assinalar no espaço entre parênteses.**

São Francisco de Assis, RS, _____ de _____ de 2023.

EMPRESA:

Assinatura do Representante Legal



**ANEXO IV
CONTRATO**

Contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de cadeiras do plenário da Câmara de Vereadores de São Francisco de Assis, que entre si celebram a Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis e a empresa, conforme Edital Convite n. 04/2023.

MINUTA

A **Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n. 91.262.154/0001-07, estabelecida na Rua Ipiranga, 80, nesta cidade, neste ato representado pelo Presidente do Poder Legislativo Assisense, Vereador Vasco Henrique Asambuja de Carvalho, brasileiro, portador do RG nº 9069412956 SSP/RS e CPF nº 962.896.780-00, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n., com sede na, neste ato representada por, portador do RG n. e do CPF n., doravante denominada **CONTRATADA**, decorrente do resultado da licitação na modalidade Convite n. 004/2023, que será regulada pelos dispositivos da Lei 8.666/93, resolvem celebrar entre si o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento o fornecimento ao **CONTRATANTE** contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de cadeiras do plenário da Câmara de Vereadores de São Francisco de Assis, conforme anexo X, que faz parte integrante deste contrato.

Parágrafo único. O local da entrega a serem realizadas no prédio da Câmara Municipal, de acordo com o descrito nesta cláusula, será designado pela Comissão Permanente de Licitações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

2.1 A entrega das cadeiras deverá ocorrer em até 40 dias a partir da assinatura do contrato, na sede da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis, Rua Treze de Janeiro nº 535, Centro, São Francisco de Assis/RS, onde serão declarados aceitos pela Comissão Permanente de Licitação, que analisará a entrega das cadeiras previstos no respectivo edital.

2.2 Recebida as cadeiras, caso não corresponderem à veracidade das características exigidas nas solicitações, deverão ser substituídos pela empresa licitante vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da constatação dos fatos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 O valor global deste Contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX), que será pago mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Câmara Municipal, consoante a entrega dos serviços solicitados no empenho, conforme os preços descritos na proposta detalhe (anexo I) da **CONTRATADA**.



3.2 Em hipótese alguma será concedido o reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento, decorrente desta licitação, será efetuado por meio de crédito em conta bancária, mediante apresentação da fatura/nota fiscal, quando da entrega total das cadeiras pela contratada, devidamente atestada.

4.2 A **CONTRATANTE** não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

4.3 A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelas cadeiras efetivamente entregues, o valor total, a partir da apresentação dos seguintes documentos atualizados:

a) Nota fiscal de Produtos discriminativa, em via única;

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos orçamentos da Câmara Municipal, no exercício de 2023.

5.2 À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente instrumento contratual terá vigência até a entrega total das cadeiras, contados a partir de sua assinatura, podendo ser aditado até o valor máximo previsto no item 14.4, do Edital Convite nº 04/2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AMPARO LEGAL E DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

7.1 A legislação aplicável a este Contrato será a Lei 8.666/93, demais disposições aplicáveis à licitação e aos contratos administrativos, bem como as cláusulas deste instrumento.

7.2 Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis.

7.3 Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita mediante correspondência formalizada.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

8.1 Integram este Contrato os documentos a seguir, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:

8.1.1 Ato Convocatório – CONVITE nº 04/2023 e anexos, bem como a documentação, a proposta detalhe da empresa **CONTRATADA** e a autorização de fornecimento;

8.2 Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definirem a sua extensão, e, desta forma, regerem a execução adequada do Contrato ora celebrado.

8.3 Para qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feito Termo Aditivo, assinado pelos representantes legais das partes.



8.4 Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais a **CONTRATANTE** não houver, por escrito, se declarado de acordo.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:

9.1.1 Fornecer as cadeiras de acordo com as regras editalícias;

9.1.2 Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação;

9.1.3 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

9.1.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

9.1.5 Responder perante a **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto deste Contrato;

9.1.6 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a **CONTRATANTE**;

9.1.7 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato;

9.1.8 Não transferir em hipótese alguma este instrumento contratual a terceiros;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:

10.1.1 Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e as informações que se fizerem necessários à execução deste contrato;

10.1.2 Proporcionar condições para a boa execução do objeto deste Contrato;

10.1.3 Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

10.1.4 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A **CONTRATANTE** fiscalizará a execução do fornecimento **CONTRATADA** e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

11.2 A fiscalização pela **CONTRATANTE** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

11.3 A ausência de comunicação por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE**, poderá aplicar a contratada as seguintes sanções:

12.1.1 Advertência por escrito, quando a **CONTRATADA** praticar irregularidades de pequena monta;

12.1.2 Multa administrativa no percentual de **0,5%** (meio por cento), por dia de atraso na entrega, sobre o valor do Contrato, a partir do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do objeto, limitada a **10%** (dez por cento) do valor do bem;

12.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração, até o prazo de dois anos;

12.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública e Privada, essa última quando sujeita aos princípios de licitação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

12.2 Por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nas alíneas anteriores, será aplicada multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor total dos serviços, corrigido e atualizado, cumulável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso;

12.3 Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento formalizador da avença, este ficará sujeito ao pagamento de **10%** (dez por cento) do valor total do fornecimento a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior;

12.4 As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas;

12.5 Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas na Tesouraria da Fazenda Municipal, até 05 (cinco) dias úteis contados da ciência, pela empresa contratada, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da Contratante.

12.6 Para aplicação das sanções previstas neste parágrafo será dado ao licitante, mediante processo em separado, o direito de ampla defesa, quando deverá explicitar as razões de força maior, se ocorrerem, que o impediram de assumir as obrigações assumidas ao participar da licitação.

12.7 Para efeito de aplicação da multa prevista neste parágrafo, decorrentes de inexecução das condições pactuadas, o valor que lhe servir de base será atualizado pela SELIC mensal, a contar da data de verificação da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 O Contrato poderá ser rescindido: Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

13.1.1 Por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.2 Judicialmente: No caso de rescisão por qualquer das hipóteses previstas na alínea "b" do item, é reconhecido ao **CONTRATANTE**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666, de 1993, o direito à retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOVAÇÃO

14.1 A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos assegurados a elas, neste Contrato e na legislação em geral, e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importam em novação a seus termos; não devendo, portanto, ser interpretadas como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, e todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.



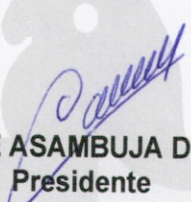
Câmara Municipal de
São Francisco de Assis
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Francisco de Assis, RS, para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, sendo esta competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente e Contrato em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

São Francisco de Assis, RS, 05 de setembro de 2023.


VASCO HENRIQUE ASAMBUJA DE CARVALHO
Presidente

REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

O PODER UNIDO É MAIS FORTE